

CAUSAS SUBJACENTES DA ESCALADA DAS TENSÕES SINO-ESTADUNIDENSES

UNDERLYING CAUSES OF ESCALATING SINO-US TENSIONS

Seiji Seron Miyakawa¹

<http://orcid.org/0009-0006-4384-7668>

Mariana Ribeiro Jansen Ferreira²

<http://orcid.org/0000-0002-3209-8511>

RESUMO

O presente artigo visa salientar algumas das causas do acirramento crescente das tensões entre EUA e China nos últimos anos. A restauração do capitalismo na China foi essencial para a superação da crise capitalista internacional da década de 1970, possibilitada pela transferência de boa parte da atividade manufatureira situada, até então, nos países centrais para a Ásia. Até 2008, o crescimento econômico mundial foi motorizado pelas exportações manufatureiras asiáticas – chinesas, sobretudo – para os EUA, e pela sustentação dos *déficits* comerciais estadunidenses por meio da aquisição de títulos do Tesouro deste país pelas economias comercialmente superavitárias. A forte retração do comércio mundial que se seguiu ao estouro da bolha imobiliária estadunidense açodou a transição da China a um novo padrão de acumulação, cujo dinamismo provenha mais do consumo das famílias e da inovação autóctone do que das exportações e dos investimentos, além de ocasionar uma drástica expansão das exportações de capital chinesas. Este aumento da internacionalização do capital, e também das capacidades tecnológicas da China, contrasta com a baixa produtividade da economia chinesa e com outras vulnerabilidades que o país ainda sofre nos âmbitos financeiro, militar e até cultural e ideológico. Assim, a China ainda não é capaz de contestar a hegemonia estadunidense, embora já se equipare aos EUA e a outras potências mundiais em vários aspectos parciais.

Palavras-chave: República Popular da China; Estados Unidos da América; guerra comercial; imperialismo.

¹ Mestrando em Desenvolvimento Econômico – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Email: seijism@outlook.com

² Economista. Doutora em Saúde Pública – Universidade de São Paulo (USP) (c/ período sanduiche em *Université Paris-Ouest Nanterre la Défense*). Professora do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Email: mrferreira@pucsp.br

ABSTRACT

The present article intends to highlight some of the underlying causes of the growing tensions between the US and China over recent years. The restoration of capitalism in China was essential for the overcoming of the international capitalist crisis of the 1970s, an overcoming which was made possible by the transfer of most of the manufacturing activities previously located in core countries to Asia. Until 2008, the world economic growth was driven by Asian manufacturing exports, mostly from China, to the US, and by the sustainment of US trade deficits enabled by the demand for US Treasury bonds stemming from trade surpluses accumulated elsewhere. The severe contraction of global trade that followed the burst of the US housing bubble sped up China's transition to a new pattern of accumulation, under which household consumption and indigenous innovation are to play a greater dynamic role than exports and investment, and a drastically expansion of China's capital exports also followed. The upsurge in the internationalization of Chinese capital, and in China's technological capabilities, contrasts with the low productivity of the Chinese economy and other vulnerabilities China still possesses in the financial, military and even cultural and ideological realm. China thus cannot yet challenge US hegemony, even though, in a number of partial aspects, China has already matched the US and other world powers.

Keywords: People's Republic of China; United States of America; trade war; imperialism.

A eclosão da guerra russo-ucraniana, em fevereiro de 2022, alçou a um novo patamar as tensões geopolíticas mundiais, que já recrudesciam nos anos precedentes. Como se sabe, a invasão russa da Ucrânia foi precedida pelo anúncio de uma “parceria sem limites” entre Rússia e China, que assinaram uma declaração conjunta interpretada por alguns, como Fiori (2022), como uma proposta de refundação da ordem mundial. Por volta do sexto mês da conflagração, uma visita intempestiva da então líder da câmara baixa estadunidense, Nancy Pelosi, a Taiwan, motivou exercícios militares provocativos da China próximos à ilha, acirrando ainda mais as tensões internacionais. Dois meses mais tarde, os Estados Unidos da América (EUA) proibiram a exportação de toda a sorte de insumos da cadeia de produção de chips e semicondutores para a China, proibição essa que afeta não só empresas estadunidenses, mas quaisquer empresas cujos produtos contenham tecnologia estadunidense (Manning, 2022). As repercussões da derrubada de um suposto balão espião chinês em espaço aéreo estadunidense, logo no começo de 2023, marcaram a relação entre os dois países durante quase todo o ano.

O presente artigo visa salientar algumas das causas subjacentes desse acirramento das tensões sino-estadunidenses. A esta introdução, seguem-se três seções, além das considerações finais. A primeira versa sobre a importância do reestabelecimento de relações diplomáticas entre Washington e Pequim e da subsequente restauração do

capitalismo na China para a superação da crise capitalista internacional da década de 1970. A segunda concerne às transformações do padrão de acumulação chinês no curso do século atual e, sobretudo, a partir de 2008, ano em que outra crise internacional foi deflagrada pelo estouro da bolha imobiliária estadunidense. Na terceira, a China e os EUA são comparados segundo um conjunto de indicadores e critérios econômicos, tecnológicos, geopolíticos-militares, no intuito de determinar que posição internacional a China ocupa, qual é a natureza da economia e do Estado chinês e das disputas entre este país e os EUA e em que medida a China já seria capaz de questionar a hegemonia global estadunidense.

A RESTAURAÇÃO CAPITALISTA

Em 1972, a China é visitada pelo então presidente dos EUA, Richard Nixon. Tal visita resulta no reestabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países e no reconhecimento da República Popular, isto é, do regime de Pequim, como legítimo representante da nação chinesa na Organização das Nações Unidas (ONU), ao invés de Taiwan. O acordo entre Nixon e Mao Tsé-tung foi fundamental para o processo de restauração capitalista da China, muito embora este processo só se inicie em 1978, dois anos após a morte de Mao, quando a Terceira Sessão Plenária do XI Congresso do Partido Comunista da China (PCCh) aprova a política das Quatro Modernizações: agricultura, indústria, defesa, ciência e tecnologia. Nas fileiras do Partido, uma ala pragmática que preconizava a aceleração do crescimento econômico do país por meio da aquisição de tecnologia estrangeira tornou-se, assim, cada vez mais preponderante. Uma das várias medidas deste primeiro estágio de reformas pró-capitalistas da China³ foi a criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), visando a atração de investimento estrangeiro direto (IED) na indústria manufatureira, a promoção das exportações de manufaturados e a consequente obtenção de tecnologia e de divisas (Costa, 2014; Mercatante, 2021b; Salvador Chamorro, 2008).

Grosso modo, as Zonas Econômicas Especiais se destacariam por atuarem como totalmente de acordo com as exigências do mercado, sob uma lógica tipicamente capitalista, diferenciando-se dessa forma da economia embasada no planejamento central, até então dominante. A atração de investidores estrangeiros foi obtida como o produto de uma equação rara, que combinava mão de obra abundante, extremamente barata e habituada a jornadas ilimitadas de trabalho, além de vantajosas políticas de impostos (Costa, 2014, p. 88).

Posteriormente, as ZEEs e outras formas análogas de abertura regional da China ao capital estrangeiro foram estendidas a quase todo o país, a despeito de as primeiras ZEEs não terem proporcionado transferências de tecnologia relevantes e de o conjunto das reformas pró-capitalistas terem provocado *déficits* externos, em razão do aumento das

³ Ana I. Salvador Chamorro (2008) descreve mais detalhadamente os sucessivos estágios do processo de reformas pró-capitalistas da China, e o conjunto das medidas adotadas em cada estágio.

importações. O impacto da construção da infraestrutura necessária ao funcionamento das ZEEs sobre as contas públicas também foi elevado (Costa, 2014; Mercatante, 2021b). “As tentações criadas pela exposição ao Ocidente e pelo controle político relaxado nas Zonas Econômicas Especiais provocaram ondas de atividade criminosa: contrabando, comércio ilegal, corrupção, suborno, e roubo de bens do Estado” (Martí apud Costa, 2014, p. 89). As consequências deletérias das reformas geraram revolta, não só entre trabalhadores e camponeses, mas também entre estudantes e intelectuais, revolta esta que culminou no infame Massacre de Tiananmen, ou Massacre da Praça da Paz Celestial, em 1989, mesmo ano da desintegração do bloco soviético (Costa, 2014; Mercatante, 2021b).

A leitura de cunho tipicamente liberal de que tal episódio de importância significativa para a história contemporânea teve um sentido marcado pelo anseio de amplos setores da população de adentrarem no capitalismo, encontra correspondência plena nas declarações de Deng Xiaoping sobre a natureza do movimento. Mas é absolutamente questionável frente a uma análise mais detida. Em primeiro lugar porque os próprios restauradores, tendo Deng Xiaoping à frente, tiveram que impor uma repressão ao movimento para poderem avançar nesse sentido. Em segundo, porque as reivindicações do movimento atestam que o seu objetivo era a conquista de direitos, e não apenas os democráticos, como também de controle sobre a casta governante, que diante dos olhos de todos enriquecia sem que houvesse nenhum tipo de controle (Costa, 2014, p. 94-95).

Dentre essas reivindicações, uma das principais era a publicização da renda familiar dos membros de tal casta. A verdadeira índole do movimento de Tiananmen, contra o aumento da desigualdade, a carestia de vida, a piora das condições de trabalho, a corrupção e os privilégios, ainda é corroborada, segundo Simone Costa, pela semelhança deste movimento com outros que o precederam, como o Democracia. Este movimento havia sido suscitado pela fracassada intervenção militar chinesa de 1979, ao lado do Camboja, em uma quimérica conflagração entre este país e o Vietnã, apoiado, este último, pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Tal ação foi alvo de diversas discussões entre analistas marxistas e de outras orientações teóricas, já que pela primeira vez na história um Estado operário, mesmo que profundamente deformado pela casta burocrática governante, se lançava militarmente contra outro. A importância desse fato transcende as implicações do conflito militar tomado em si mesmo, e assume a característica de ter sido uma verdadeira transformação qualitativa no abandono da estratégia da revolução internacional, e na primazia da política tipicamente marcada pelos interesses nacionais tão alheia a toda a orientação historicamente presente na tradição política contida no marxismo clássico (Costa, 2014, p. 86).⁴

⁴ Leon Trótski (2023) havia caracterizado a URSS como um Estado operário burocratizado, em que a revolução proletária havia triunfado, a burguesia havia sido expropriada, os principais meios de produção, nacionalizados, e a economia, planejada, mas o processo de transição ao socialismo interrompeu-se em razão da conformação de um estrato social privilegiado e parasitário, que se desprende do proletariado e adquiriu interesses próprios, distintos dos desta classe, por causa do isolamento da revolução em um país economicamente atrasado e devastado pela Primeira Guerra Mundial e pela guerra civil (contra-)revolucionária. Para Trótski, a transição da URSS ao socialismo só poderia se completar se, em paralelo à expansão internacional da revolução socialista, os trabalhadores soviéticos reconquistassem, por meio de uma “revolução política”, o poder de Estado que esse estrato burocrático havia tomado dos trabalhadores. Caso contrário, a burocracia destruiria as conquistas revolucionárias e, enfim, restauraria o capitalismo. Como assinala Simone Costa (2014), essa caracterização de Trótski foi estendida aos Estados operários que se instauraram já de forma burocratizada, como o chinês e o vietnamita, depois da Segunda Guerra Mundial. Assim, as interpretações de Costa e de Esteban Mercatante (2021d) acerca da restauração capitalista da China partilham desse marco teórico.

Embora os protestos de Tiananmen tenham fortalecido temporariamente as alas do PCCh mais temerosas dos possíveis efeitos disruptivos de um aprofundamento das reformas pró-capitalistas, as forças sociais que resistiam à restauração do capitalismo na China foram derrotadas. A mudança qualitativa do caráter de classe do Estado chinês se consumou três anos mais tarde, no XIV Congresso do PCCh, no qual a designação da China como uma “economia mercantil-socialista planejada” foi substituída pela de “economia socialista de mercado” (Costa, 2014; Mercatante, 2021b; Saich, 1992). A supressão do caráter planejado da economia chinesa da nova designação visava, assim,

[...] mascarar da melhor maneira possível o fato de Deng haver virtualmente rejeitado o marxismo ao concluir que uma saudável política socialista era qualquer política econômica que melhorasse a qualidade de vida do povo. Em vista dessa percepção, o capitalismo, uma vez que melhorava o padrão de vida, não era mais capitalismo, mas socialismo embora com características chinesas (Marti *apud* Costa, 2014, p. 103).

A natureza capitalista imbuída à China após a derrota de Tiananmen transparece na constatação de que “[...] a chegada do capital estrangeiro à economia [chinesa] superou todas as expectativas: de 1990 a 2003 ingressaram mais de 480 bilhões de dólares, o que constitui 97% do IED desde 1979” (Chingo *apud* Costa, 2014, p. 105). A partir de 1995, é implementada a política de “segurar o grande, soltar o pequeno”, ou seja, o setor estatal da economia chinesa é reestruturado segundo critérios capitalistas de desempenho (Mercatante, 2021b; Nogueira, 2018; Salvador Chamorro, 2008), reestruturação esta da qual participaram, inclusive, bancos de investimento estadunidenses, como Goldman Sachs e Morgan Stanley, que “[...] fizeram do setor corporativo de propriedade estatal chinês o que este é hoje” (Walter e Howie *apud* Mercatante, 2021b, p. 162-3 – tradução nossa⁵). Algumas estatais são transformadas em “campeãs nacionais” por meios como facilitação de crédito, restrição à concorrência, enquanto outras são privatizadas, engendrando uma nova classe capitalista doméstica, umbilicalmente atrelada à burocracia do Partido-Estado chinês (Mercatante, 2021b; Nogueira, 2018; Salvador Chamorro, 2008).

Para os novos capitalistas que se tornaram proprietários dos ex-ativos estatais, as privatizações [...] foram feitas de maneira absolutamente favoráveis [sic], num processo que muitas vezes se pareceu mais com a transferência de ativos do que propriamente com a venda. Os beneficiários foram agentes com conexões prévias com as empresas, sobretudo ex-gerentes das fábricas e lideranças políticas locais. Geralmente, eles próprios precificavam o valor dos ativos, o que implicava em preços irrisórios ou muito baixos, perdão de dívidas e crédito subsidiado para os compradores sem capital prévio – um processo que, na literatura, foi resumido como uma “privatização para os de dentro”. Há inclusive inúmeros registros de ex-gerentes ou lideranças que não desembolsaram nada, tendo levado a compra adiante por meio de empréstimos a serem pagos com a lucratividade futura da própria empresa privatizada (Nogueira, 2018, p. 8).

De 1995 a 2003, a quantidade de empresas estatais e de propriedade coletiva diminuiu de 118 mil para 54 mil. As proporções do setor estatal e coletivo da economia chinesa

⁵ “Goldman Sachs y Morgan Stanley hicieron del sector corporativo de propiedad estatal chino lo que este es hoy”.

se reduziram de cerca de 90% da produção industrial, em 1990, para 27%, em 2011, e de 73% do investimento em ativos fixos, em 1994, para 28%, em 2015. Por sua vez, as empresas do setor privado doméstico cresceram de 5% para 30% da produção industrial e de 11% para 30% do investimento em ativos fixos nos anos respectivos.⁶ Como resultado dessas privatizações, aproximadamente 50 milhões de trabalhadores foram demitidos entre 1993 e 2003. Em 2003, as estatais haviam se tornado responsáveis por apenas 4% do emprego total da China, e o setor público do país como um todo, por 7%. Ademais, a reestruturação do setor estatal chinês acarretou a “quebra” da “tigela de arroz de ferro”, isto é, a dissolução do antigo sistema de proteção social maoísta, sob o qual o Estado garantia emprego a todos os trabalhadores e organizava a provisão de serviços e direitos, como educação, saúde, moradia, aposentadoria, creches, a partir dos locais de trabalho (Braga; Nogueira; 2020; Maciel; Moura, 2014; Mercatante, 2021; Nogueira, 2018).

Enquanto a classe trabalhadora chinesa socialista minguava, aparecia [...] um exército de cem a duzentos milhões de emigrantes camponeses muito mais parecidos a uma “classe trabalhadora” no sentido de Marx, por carecer de privilégios e sofrer uma exploração sem paliativos. Durante a grande expansão econômica chinesa dos anos 1990, essa classe não conheceu aumentos de salários, nem horários de trabalho, e sofreu uma grande quantidade de abusos e estafas em suas condições de trabalho. Essa classe trabalhadora rural foi chave para atrair o investimento estrangeiro à China, ocupou os postos nas fábricas de manufaturas para a exportação, e os andaimes da grande urbanização e obras de infraestruturas (Poch-de-Feliu *apud* Costa, 2014, p. 110).

Essa dualização da classe trabalhadora chinesa foi consubstanciada pela Lei do Trabalho de 1994, que priva de direitos os migrantes informais, cujo registro domiciliar, ou *hukou*, é de uma localidade distinta daquela onde estes trabalhadores estão empregados (Braga; Nogueira; 2020; Costa, 2014; Maciel; Moura; 2014; Mercatante; 2021; Nogueira; 2018). O baixo custo do trabalho migrante chinês foi crucial para a ocorrência do fenômeno que o ex-economista-chefe do Morgan Stanley Stephen Roach denominou “arbitragem global do trabalho”: um nivelamento por baixo dos níveis salariais globais efetuado por meio da realocação de atividades manufatureiras das empresas multinacionais. A restauração do capitalismo, tanto na China quanto na URSS e nos países do Leste Europeu, e a expansão das relações capitalistas de produção em países como a Índia, dobraram a oferta global de força de trabalho, sujeitando 1,5 bilhão de novos trabalhadores à exploração capitalista (Costa, 2014; Chingo, 2007-2008.; Mercatante, 2021d).⁷

⁶ Sobre a presença de capitalistas no PCCh e no governo chinês e a suposta constrição do setor privado da economia do país sob a presidência de Xi Jinping, cf. André Barbieri (2023).

⁷ Se se pondera o número de trabalhadores de cada país pela respectiva porcentagem das exportações no produto interno bruto (PIB), “[...] a oferta global de força de trabalho real se quadruplicou entre 1980 e 2005, e a maior parte deste aumento aconteceu logo depois de 1990. O leste asiático contribuiu com a metade deste incremento, [...] enquanto a Ásia do Sul e os países do ex-bloco do Leste dão conta de aumentos menores” (“la oferta global de fuerza de trabajo real se cuadruplicó entre 1980 y 2005, y la mayor parte de este aumento tuvo lugar luego de 1990. El este asiático contribuyó con la mitad de este incremento, [...] mientras que Asia del Sur y los países del ex bloque del Este dan cuenta de aumentos menores.”) (Jaumotte e Tytell *apud* Chingo, 2007-2008, p. 34, tradução nossa).

Portanto, o processo de restauração capitalista da China foi fundamental para a superação da crise capitalista internacional da década de 1970 – embora Ho-fung Hung (2018) esclareça que a orientação exportadora da economia chinesa só irá se consolidar nos anos 1990. Crises dessas proporções são sempre fenômenos multifacetados, e as facetas da crise dos anos 1970 incluem: o choque do petróleo; a ruptura do padrão monetário internacional de Bretton-Woods; o acirramento da concorrência manufatureira entre os EUA, a Europa e o Japão, terminada a reconstrução destes dois últimos, após a Segunda Guerra Mundial, e o conseqüente acúmulo de capacidade ociosa na indústria; além de um debilitamento da hegemonia estadunidense e um recrudescimento da luta de classes mundialmente. Porém, uma dimensão essencial da crise foi a queda das taxas de lucro, em especial, no setor manufatureiro dos países centrais, como assinalam Costa (2014), Hung (2018, 2022), Francisco Luiz Corsi, Agnaldo dos Santos e José Marangoni Camargo (2019), Juan Chingo (2007-2008) e Ruy Mauro Marini (1996). Segundo estes mesmos trabalhos, a reestruturação global do capital que se seguiu à crise foi ensejada pela ofensiva neoliberal, envolvendo desmonte dos Estados de bem-estar social, enfraquecimento dos sindicatos, precarização do trabalho, privatizações, liberalização comercial e financeira. A recuperação parcial das taxas de lucro foi lograda por meio do deslocamento de boa parte da atividade manufatureira global para a Ásia, atividade esta que foi reorganizada sob a forma de cadeias globais de valor, de maneira a possibilitar a arbitragem global do trabalho, como também ressalta Esteban Mercatante (2021d).

Em outras palavras, as causas contra-arrestantes da lei da queda tendencial da taxa de lucro, sublinhadas por Karl Marx (2017), no livro III de *O capital*, estão no cerne da ofensiva neoliberal, causas estas que incluem o comércio exterior, no sentido mais amplo do termo.⁸ As primeiras economias asiáticas para as quais atividades manufatureiras dos países centrais foram terceirizadas, ainda na década de 1970, foram Coréia do Sul, Hong Kong, Singapura e Taiwan, localidades nas quais a emigração rural também era uma fonte de mão de obra barata, ainda que bastante exígua em comparação com a China continental. A vantagem competitiva que os baixos salários propiciavam a essas economias foi pouco a pouco comprometida pelo próprio crescimento ocasionado por essa relocação de atividades manufatureiras situadas, até então, nos países centrais. Em 1994, uma desvalorização cambial chinesa de 50% permitiu à China beneficiar-se da perda de competitividade dos concorrentes asiáticos deste país no mercado mundial e, enfim, tornar-se a “fábrica do mundo” (Hung, 2018).

A despeito da transformação da Ásia em um polo da acumulação capitalista global, as políticas de industrialização orientadas às exportações prescritas aos países “em desenvolvimento” no transcurso da reestruturação global do capital provocaram uma “corrida ao abismo” entre tais países – uma competição perversa pelos menores custos salariais, fiscais, ambientais, pela legislação mais permissiva, em suma, pelas melhores condições

⁸ Além de ocasionar o fenômeno da arbitragem global do trabalho, a relocação da produção manufatureira global barateou tanto meios de produção quanto de subsistência, reduzindo o valor dos elementos materiais do capital constante e do capital variável, respectivamente (Chingo, 2007-2008).

de atração de investimentos de empresas multinacionais, que, em sua esmagadora maioria, são sediadas nos países centrais. Tais empresas controlam “de cima” as cadeias globais de valor, situando cada etapa do processo produtivo onde quer que esta seja mais rentável e ditando, assim, aos países periféricos o que e como produzir, malogrando a formação de um sistema industrial nacionalmente integrado em tais países. Ademais, a combinação entre alta produtividade e baixos salários de que os capitais do centro gozam ao deslocar atividades manufatureiras para países periféricos pode baratear as exportações manufatureiras destes países de tal modo que a queda do valor unitário destas exportações não seja compensada pelo aumento da quantidade exportada, deteriorando os termos de troca entre esses países periféricos manufatureiro-exportadores e os países centrais (Chingo, 2007-2008; Corsi; Santos; Camargo, 2019; Marini, 1996; Mercatante, 2021d).

Embora os quatro “tigres” tenham sido usados de exemplo para essas prescrições, o sucesso do modelo de desenvolvimento manufatureiro-exportador da Coreia do Sul, Hong Kong, Singapura e Taiwan explica-se, em grande medida, pelo papel de bastiões contra o “comunismo” desempenhado por estas localidades na geopolítica da Guerra Fria, papel este que implicou, por exemplo, uma tolerância maior dos EUA às políticas desenvolvimentistas e protecionistas dos tigres e um favorecimento das exportações dos tigres no mercado estadunidense (Mercatante, 2021c).

CHINA EM TRANSFORMAÇÃO⁹

De 1990 a 2018, a participação da China nas exportações mundiais de manufaturas saltou de pouco mais de 1% para 14% do total, sobrepujando as da Alemanha, dos EUA, do Japão e da França, países que foram responsáveis, respectivamente, por cerca de 9%, 9%, 5% e 4% das exportações manufatureiras totais de 2018. “A entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, foi um ponto de inflexão em matéria de atração de investimento estrangeiro e crescimento das exportações” (Mercatante, 2021b, p. 163 – tradução nossa¹⁰).

A inserção chinesa nas cadeias globais de valor, nas décadas de 1980 e 1990, havia começado por ramos e atividades trabalho-intensivas, como têxtil, vestuário e calçados e montagem de produtos eletrônicos. Mas, ao mesmo tempo em que a participação chinesa no mercado mundial se expandiu, o grau de complexidade e sofisticação tecnológicas da pauta exportadora chinesa também se elevou. Por conseguinte, a economia da China aumentou 50 vezes de tamanho entre 1979 e 2019, perfazendo um ritmo de crescimento anual médio de quase 10% e sobrepujando, em 2014, a dos EUA – caso se mensure o produto interno bruto (PIB) dos dois países em paridade de poder de compra (Cintra; Pinto, 2017; Hiratuka, 2018; Mercatante, 2021; Pautasso *et al.*, 2021).

⁹ O título desta seção foi tomado de empréstimo de Marcos Antonio Macedo Cintra e Eduardo Costa Pinto (2017).

¹⁰ “La entrada de China en la Organización Mundial del Comercio (OMC), en 2001, fue un punto de inflexión en materia de atracción de inversión extranjera y crecimiento de las exportaciones”.

Para Celio Hiratuka (2018), o que possibilitou um crescimento tão acelerado da economia chinesa não foram tanto as exportações, mas o investimento doméstico em infraestrutura suscitado pelo processo de urbanização do país. Tal investimento dinamizou tanto a indústria chinesa de bens de produção, diretamente, quanto a de bens de consumo duráveis, por meio de mudanças do padrão de consumo ocasionadas, de maneira virtuosa, pela própria elevação da renda. Segundo Hiratuka, este efeito dinâmico do investimento em infraestrutura foi potencializado pelo planejamento estatal, enquanto o setor externo foi mais uma fonte de divisas e de tecnologia do que de demanda. Em contrapartida, Hung (2018, 2022) esclarece que essa forte ampliação do investimento doméstico chinês só pôde ocorrer por causa da expansão creditícia viabilizada pelo acúmulo de divisas de exportação da China.

A reestruturação global do capital engendrou uma relação “simbiótica” entre o crescimento econômico da China e dos demais polos asiáticos da acumulação capitalista global e os *déficits* comerciais dos EUA, sustentados por economias superavitárias que aplicam estes *superávits* em títulos do Tesouro estadunidense. Este arranjo, conhecido como “Chinamérica” ou “Chimérica”, motorizou o crescimento econômico mundial até 2008, quando “estoura” a bolha imobiliária estadunidense.¹¹ A subsequente crise mundial provocou uma forte retração do comércio internacional e, conseqüentemente, açodou os esforços da China para transitar a um novo padrão de acumulação, que reduza o papel das exportações e do investimento em favor do consumo e da inovação autóctone. Estes esforços, redobrados desde a crise, para corrigir desequilíbrios estruturais pré-existentes da economia chinesa objetivavam, ademais, reduzir as desigualdades sociais e regionais e os impactos ambientais da intensa atividade econômica da China, além de ampliar a cobertura dos sistemas de saúde e previdência chineses, instituindo um mínimo de “Estado de bem-estar social” no país. Medidas de elevação dos níveis salariais e redução da desigualdade já estavam sendo adotadas desde o começo da década de 2000, sob a política da “sociedade harmoniosa”, motivada por uma crescente proliferação de greves e conflitos sociais em geral. O aumento dos salários chineses foi, ao mesmo tempo, suficiente para deslocar indústrias do país para outros, como Tanzânia e Vietnã, onde os salários são ainda menores, e insuficiente para reorientar a produção chinesa para o mercado interno (Barbieri, 2023; Braga; Nogueira, 2020; Corsi; Santos; Camargo, 2019; Cintra; Pinto, 2017; Conti; Mozias, 2020; Hiratuka, 2018; Hung, 2018, 2022; Mercatante, 2021; Nogueira, 2018).

Embora políticas anticíclicas tenham mitigado parcialmente os efeitos negativos da crise de 2008 sobre o crescimento econômico da China, tais políticas exacerbaram a crise de sobre-acumulação de capital do país, gerando capacidade produtiva ociosa na indústria, elevando os níveis de endividamento e deprimindo as taxas de lucro. Conseqüentemente, os esforços de “rebalanceamento” da economia chinesa acarretaram uma drástica expansão das exportações de capital chinês, tanto na forma de IED quanto de empréstimos, por razões similares às que haviam ocasionado o deslocamento da indústria dos países centrais para a Ásia, quando houve a crise dos anos 1970. Boa parte dessa exportação de capital

¹¹ Corsi, Santos e Camargo (2019), Hung (2022), Mercatante (2021d).

tem sido feita sob a égide da Nova Rota da Seda, também conhecida como Iniciativa do Cinturão e Rota (*Belt and Road Initiative*, BRI), ou Um Cinturão, Uma Rota (*One Belt, One Road*, OBOR): um programa de investimentos em infraestrutura de transporte, energética e de telecomunicações que, originalmente, objetivava melhorar a integração econômica e a conectividade entre Ásia, Europa e África, de maneira a fomentar o comércio internacional (Cintra; Pinto, 2017; Corsi; Santos; Camargo, 2019; Hiratuka, 2018; Hung, 2018, 2022; Mercatante, 2021).¹²

Em 2015, a China se tornou a segunda maior fonte mundial de IED, atrás somente dos EUA. Naquele ano, o fluxo de IED originado da China foi de US\$ 145,7 bilhões, ou 10% do total mundial. Já o estoque de investimentos diretos da China no exterior ultrapassou os US\$ 1 trilhão, tornando-se o 8º maior do mundo e totalizando mais de 4% do estoque mundial de IED (Hiratuka, 2018). Quatro anos mais tarde, esta participação havia aumentado para 6%, tornando a China a detentora do terceiro maior estoque de investimentos diretos em outros países. A proporção entre o estoque do primeiro colocado, os EUA, e o estoque mundial total de IED diminuiu de 36%, em 2000, para 22%, em 2019. Esta participação estadunidense no estoque mundial de investimentos diretos no exterior ainda é, contudo, três vezes maior que a do segundo colocado: os Países Baixos. Mas, nesse mesmo período de 18 anos, o estoque de IED da China em outros países aumentou 71 vezes. Este mesmo estoque era inferior a 1% do total quando o século XX se encerrou (Mercatante, 2021d).¹³

As empresas estatais chinesas são responsáveis pela maior parte do investimento direto que a China destina a outros países, sendo que a participação de estatais neste investimento tenha se reduzido de 90% do total, em 2010, para 60%, em 2020. Todavia, a distinção entre empresas chinesas estatais e privadas deve ser relativizada, pois as estatais são proprietárias de cerca de 1/4 das empresas privadas, mas muitas estatais são empresas de capital aberto, e boa parte do capital das estatais é, portanto, privado. Aproximadamente 2/3 de todos os ativos do setor industrial chinês são de propriedade estatal. Em 1995, as estatais chinesas respondiam por cerca de 2/3 das exportações do país, e as empresas de capital total ou parcialmente estrangeiro, por quase todo o terço restante. Em meados da década de 2010, a parcela estatal das exportações chinesas já tinha caído para cerca de 10%, e os outros 90% dividiam-se de maneira aproximadamente igual entre empresas privadas de capital nacional e estrangeiro. Em outras palavras, a parcela do capital nacional privado nas exportações totais da China saltou de praticamente zero para 45% em cerca de 20 anos. Entretanto, os produtos exportados pelas empresas privadas chinesas ainda são, em geral, bens de consumo de baixa complexidade e baixo valor agregado, enquanto os itens mais sofisticados da pauta exportadora chinesa continuam sendo produzidos por empresas estrangeiras (Mercatante, 2021a, 2021b).

¹² Acerca da BRI, cf. Peter Cai (2017), Maria Adele Carrai (2018), Bruno Martarello de Conti e Petr Mozias (2020), Seiji Seron Miyakawa ([2023]). Sobre as reações estadunidenses à Iniciativa chinesa, cf. especificamente Minghao Zhao (2021).

¹³ Segundo os dados mais recentes da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (*United Nations Conference on Trade and Development*, UNCTAD), a China e o Japão têm se alternado como segunda e terceira maiores fontes de fluxos de IED ao longo dos últimos anos (UNCTAD, 2023).

Empresas coreanas como Samsung ou LG fazem sua própria montagem na China e se situam entre os 10 principais exportadores do país. Mas empresas multinacionais como a Apple operam na China por meio da terceirização. Em 2015, das 10 principais empresas exportadoras, só duas eram de origem chinesa. O principal exportador do país nesse ano foi a Hon Hai Precision Industry (Foxconn), empresa de origem taiwanesa que realiza metade do seu faturamento montando telefones para a Apple. Outras cinco empresas desta origem estiveram também entre os 10 maiores exportadores da China em 2015 e, junto com a Foxconn, somaram 71% do total exportado por este top 10, e 11% das vendas totais do país. As únicas duas empresas chinesas eram a Huawei e a petroleira Sinopec (Mercatante, 2021b, p. 167 – tradução nossa¹⁴).

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) estima que, em 2018, 82% das dívidas corporativas não financeiras da China eram de empresas estatais do país. O fato de estas empresas conseguirem se financiar e se expandir a despeito de a razão lucro-ativos das estatais chinesas ser substancialmente menor que o das empresas chinesas privadas evidencia o quanto o Estado chinês é capaz de impedir o funcionamento “normal” da lei do valor na economia do país (Hung, 2022; Mercatante, 2021b). Tal estado possui uma capacidade ímpar de intervir no processo de acumulação capitalista da China, capacidade esta que dimana do que Mercatante (2021d) denomina “dialética revolução-restauração”, isto é, a forma particular como o capitalismo foi restaurado na China, preservando o regime burocrático do PCCh, ao contrário do que aconteceu na URSS e nos demais países do bloco soviético.

A manutenção da propriedade estatal de empresas estratégicas durante o processo de privatizações e reestruturação do setor estatal da economia chinesa, nos anos 1990, encontra-se, portanto, na raiz dessa capacidade ímpar de intervenção econômica do Estado chinês, assim como o rigoroso controle estatal do câmbio, da conta de capitais e do sistema financeiro. É especialmente relevante, no caso deste último, o papel dos cinco grandes bancos estatais: Banco da China, Banco Industrial e Comercial da China, Banco de Construção da China, Banco Agrícola da China e Banco das Comunicações (Cintra; Pinto, 2017; Mercatante, 2021; Nogueira, 2018; Nogueira, Guimarães; Braga, 2019). Em contrapartida, um indicador do quanto a economia chinesa continua, sim, sendo regida pela lei do valor é o patamar de endividamento total, público e privado, desta economia, que quadruplicou, de 2008 a 2020, tornando-se mais de três vezes maior que o PIB chinês (Hung, 2022; Mercatante, 2021b)¹⁵. Ademais, a interdição parcial da lei do valor pelo Estado chinês não impediu a China de se tornar, em 2019,

¹⁴ “Firmas coreanas como Samsung o LG hacen su propio ensamblado en China y se ubican entre los 10 principales exportadores del país. Pero firmas multinacionales como Apple operan en China a través de la subcontratación. En 2015, de las 10 principales firmas exportadoras, solo 2 eran de origen chino. El principal exportador del país fue en ese año *Hon Hai Precision Industry* (Foxconn), empresa de origen taiwanés que realiza la mitad de su facturación ensamblando teléfonos para Apple. Otras cinco empresas de ese origen estuvieron también entre los 10 principales exportadores de China en 2015, y junto con Foxconn sumaron el 71% del total exportado por ese top 10, y el 11% de las ventas totales del país. Las únicas dos firmas chinas entre las 10 más grandes exportadoras eran Huawei y la petrolera Sinopec”.

¹⁵ A crise do setor imobiliário chinês, que se desenrola desde 2020, é essencialmente uma reafirmação da regência da economia chinesa pela lei do valor, ou seja, dos limites absolutos do poder de manejo econômico do Estado chinês. Sobre os aspectos empírico-factuais de tal crise, cf. Taru Ahluwalia (2023).

[...] o país com a maior população dentro dos 10% mais ricos do mundo (ainda que os EUA continuem liderando no 1% mais rico). Ou seja, há um estrato nada desprezível que se encontra nos níveis mais altos da riqueza global, por mais que possa ser “raqúitico” seu peso social na população da China. Em quantidade de bilionários, está no topo da lista, com 799 ultra-ricos que somam uma riqueza de 1,12 trilhões (quase 10% do tamanho de sua economia). Tem mais bilionários que os dois países que a seguem somados: EUA (626) e Índia (137) (Mercatante, 2021, p. 172, tradução nossa¹⁶).

Todavia, o controle estatal da conta de capitais e do sistema financeiro proporcionou à China uma “relativa autonomia em relação à financeirização sob hegemonia do dólar” (Nogueira, 2018, p. 16). Por mais que tenha havido uma “financeirização com características chinesas”, esta difere da do resto do mundo na medida em que “não deslocou as empresas produtivas das suas atividades originais, transferindo uma fatia do seu faturamento diretamente ao mercado financeiro, sem passar pela produção”, nem “veio compensar a queda nos salários por meio do endividamento das famílias, para assim assegurar o consumo mesmo sem massa salarial” (Nogueira, 2018, p. 16-17). Por causa do controle de capitais, boa parte dos fluxos financeiros destinados à China assumem a forma de participação acionária nas estatais do país, seja diretamente, seja por meio de *holdings*, fundos ou seguradoras, tornando-se uma importante fonte de capitalização de tais empresas. No entanto, a “financeirização com características chinesas” tem gerado pressões de “capitalistas vermelhos” por uma liberalização maior, e as disputas entre frações burguesas que se beneficiariam de graus maiores ou menores de liberalização escalaram ao ponto de envolver o próprio aparelho repressivo do Estado em tais disputas (Nogueira, 2018; Nogueira; Guimarães; Braga, 2019). Para Isabela Nogueira (2019), esse envolvimento é evidente na campanha anticorrupção lançada por Xi Jinping em 2012, que acarretou, ao longo dos anos subsequentes, a prisão de capitalistas e até de membros do alto escalão civil e militar da burocracia chinesa, em especial, opositores políticos de Xi.

AS DISPUTAS EUA-CHINA

Sob a presidência estadunidense de Donald Trump (2017-2021), o recrudescimento das tensões geopolíticas sino-estadunidenses foi marcado pela guerra comercial entre os dois países.¹⁷ Como notam Diego Pautasso *et al.* (2021), três rodadas de escalada tarifária e

¹⁶ “[...] el país con más población dentro del 10% más rica [sic] del mundo (aunque en el 1% más rico sigue liderando EE. UU.). Es decir, hay un estrato nada desdeñable que se ubica en los mayores niveles de la riqueza global, aunque este pueda resultar ‘raqúitico’ su peso social en la población de China [sic]. En cantidad de millonarios está al tope de la lista, con 799 ultra-ricos que suman una riqueza de 1,12 billones (casi 10% del tamaño de su economía). Tiene más millonarios que los dos países que la siguen sumados: EE. UU. (626) e India (137)”.

¹⁷ “A rivalidade entre os dois países se tornou aparente pela primeira vez no começo dos anos 2020. Em 2012, Washington lançou a política de ‘Pivô para a Ásia’, que aumentou a presença naval estadunidense no Mar do Sul da China a fim de manter o que os EUA e seus aliados consideram um mar aberto. Isto foi em resposta às reivindicações chinesas de soberania sobre a área e a concentração militar cada vez mais agressiva da China lá. A administração Obama também acelerou a negociação da Parceria Trans-Pacífica [TPP, na sigla em inglês]. Este acordo de livre comércio excluía a China, com a intenção de pressioná-la a mudar seu sistema econômico, atualmente dominado por empresas de propriedade estatal, abrir seus mercados como prometido e evitar o seu tratamento supostamente

retaliações mútuas incidiram sobre um total de US\$ 250 milhões em exportações chinesas para os EUA e US\$ 110 milhões em exportações estadunidenses para a China a partir de julho de 2018. Em janeiro de 2020, os dois países acordaram o sobrestamento de tarifas adicionais e o esforço de aumentar as importações chinesas de produtos estadunidenses em US\$ 200 bilhões, enquanto a Covid-19 se propagava pelo mundo, adquirindo, subsequentemente, as proporções de uma pandemia. Ainda segundo Pautasso *et al.* (2021), a guerra comercial sino-estadunidense possui três dimensões, apenas a mais superficial das quais concerne de fato aos déficits comerciais estadunidenses. Uma segunda dimensão, intermediária, do tensionamento das relações entre os dois países diz respeito ao domínio de tecnologias, como o 5G, que não só são cruciais para a chamada “Indústria 4.0”, como também são majoritariamente de uso dual, isto é, aplicáveis a fins tanto civis quanto militares. Além disso, o que está em jogo em uma terceira dimensão, mais profunda, do conflito é a própria liderança global.

O caráter superficial, de mero pretexto, da dimensão estritamente comercial do conflito em relação à tecnológica e à geopolítico-hegemônica, tem se tornado cada vez mais evidente desde que Biden assumiu a presidência dos EUA. Para Mercatante (2021a), a transformação da China em potência e as tensões que tal transformação tem gerado entre esses dois países perpassam duas controvérsias difíceis de serem dissociadas, mas distintas uma da outra. Uma questão é se a China é um país imperialista; outra é em que medida a China é capaz de competir com os EUA pela hegemonia global. A comparação entre a presente disputa sino-estadunidense e a que culminou na substituição da Grã-Bretanha pelos EUA como *hegemon* contribui, contudo, para a dilucidação de ambas as questões. Segundo Mercatante (2021a, 2021b), o nível de desenvolvimento das forças produtivas da Grã-Bretanha já era inferior ao dos EUA e da Alemanha na década de 1920. Em contrapartida, a produtividade horária da economia da China ainda é só 1/5 das de EUA e Alemanha, e menos de 1/3 da do Japão, a despeito de ter aumentado 15 vezes no decurso de quatro décadas. Embora o tamanho da população chinesa afete negativamente o cálculo desta produtividade horária média da economia do país, o resultado deste cálculo também sintetiza a discrepância existente entre regiões como

[...] a ultramoderna localizada no sudeste, onde se encontram os desenvolvimentos tecnológicos e o “Silicon Valley” chinês (Shenzen) e toda a indústria exportadora, com altos níveis de produtividade e alguns estratos sociais – minoritários – com elevada capacidade de consumo; e outra onde se mescla um desenvolvimento industrial que se apoia e se realiza [sic] aceleradamente, mas sobre bases técnicas obsoletas, com amplas zonas rurais. [...] No agro, a preservação

injusto das empresas americanas e de outras empresas estrangeiras caso o país quisesse se juntar ao acordo” (“The rivalry between the two countries first became apparent in the early 2010s. In 2012, Washington launched the ‘Pivot to Asia’ policy that increased US naval presence in the South China Sea to maintain what the United States and its allies regard as the open sea. This was in response to China’s claim of sovereignty over the area and its increasingly aggressive military buildup there. The Obama administration also sped up the negotiation of the Trans-Pacific Partnership (TPP) trade agreement. This free-trade pact excluded China, with the intention of pressuring it to change its economic system, which is currently dominated by state-owned enterprises, open up its market as promised, and prevent its allegedly unfair treatment of American and other foreign companies should it seek to join.”) (Hung, 2022, p. 1 – tradução nossa). Logo que assumiu a presidência, Trump retirou os EUA do TPP, reduzindo o isolamento chinês que a administração estadunidense anterior havia tentado concertar, redução esta que beneficiou apenas a própria China, em detrimento do recrudescimento da política externa estadunidense em relação à China tencionado pelo governo Trump (Mercatante, 2021d; Pautasso *et al.*, 2021).

da produção em parcelas individuais (submetidas a pressões à mercantilização completa da terra e sua concentração) se choca com o desenvolvimento da produção capitalista em grande escala, que busca açambarcar mais território (Mercatante, 2021b, p. 171, tradução nossa¹⁸).

A extrema heterogeneidade da China implica ainda que o país conserva várias debilidades em comparação com as atuais potências imperialistas e, em particular, com os EUA, que permanece na posição de *hegemon* global. Ao mesmo tempo, a China já se equipara e até ultrapassa tais potências em uma série de outros quesitos, como, por exemplo, quantidade de empresas no *Global 500*, o *ranking* das 500 maiores empresas do mundo divulgado anualmente pela *Fortune* (Mercatante, 2021a, 2021b; Pautasso *et al.*, 2021). Em 2019, a China se tornou, pela primeira vez, o país-sede da maioria das empresas do *ranking*, enquanto os EUA ocuparam a segunda colocação. Porém, a receita total das 99 empresas estadunidenses foi superior à das 119 chinesas, a despeito de o valor total dos ativos das empresas estadunidenses ser inferior ao das chinesas (Mercatante, 2021a).

Para cada Huawei que compete no mundo, há cinco empresas chinesas no *ranking* com poucos negócios fora do país. No caso dos EUA, do Japão ou da UE [(União Europeia)], a relação é quase inversa: entre as empresas da *Global 500* nestes países, predominam as que têm negócios internacionais muito extensos e dominam cadeias globais de valor ou as finanças internacionais (Mercatante, 2021a, p. 192, tradução nossa¹⁹).

Dois anos mais tarde, já havia 130 empresas chinesas dentre as 500 maiores do mundo. A maioria dessas 130 empresas ainda são estatais, mas, de 2015 a 2021, o número de *Global 500* chinesas privadas e estatais subiu de 9 para 32, e de 83 para 98, respectivamente. No *ranking* de 2021, as empresas privadas foram responsáveis por 48% do valor de mercado e 19% da receita das *Global 500* chinesas (Barbieri, 2023).

Ademais, 2019 foi o primeiro ano em que a China foi a responsável pelo maior número de novas patentes, sendo seguida por EUA, Japão, Alemanha e Coreia do Sul, respectivamente. No mesmo ano, a Comissão Europeia publicou um *ranking* das 2500 empresas que mais investem em pesquisa e desenvolvimento (P&D). Classificando-se os países por quantidade de empresas neste *ranking*, a China fica em segundo lugar, à frente do Japão e da Alemanha e atrás somente dos EUA. Se o critério de classificação for o gasto total em P&D das empresas de cada país, a China cai para o terceiro lugar. Entre as 50 primeiras indústrias do ranking da Comissão Europeia, 22 são estadunidenses, oito são alemãs,

¹⁸ “[...] la ultramoderna localizada en el sudeste, donde se radican los desarrollos tecnológicos y el ‘Silicon Valley’ chino (Shenzhen) y toda la industria exportadora, con altos niveles de productividad y algunos estratos sociales – minoritarios – con elevada capacidad de consumo; y otra donde se entremezcla un desarrollo industrial que se apoya se realiza [sic] aceleradamente pero sobre bases técnicas obsoletas, con amplias zonas rurales. [...] En el agro, la preservación de la producción en parcelas individuales (sometida a las presiones hacia la mercantilización completa de la tierra y su concentración) se choca con el desarrollo de la producción capitalista en gran escala, que busca acaparar más territorio”.

¹⁹ “Por cada Huawei que compete en el mundo, hay 5 firmas chinas en el ranking con pocos negocios fuera del país. En el caso de EE. UU., de Japón o de la UE, la relación es casi inversa: entre las firmas de estos países en el Global 500, priman las que tienen negocios internacionales muy extendidos y dominan cadenas globales de valor o las finanzas internacionales”.

seis são japonesas e somente duas são chinesas: Huawei e Alibaba, ocupando a 5ª e a 28ª posição, respectivamente (Mercatante, 2021a). Um relatório do Instituto Australiano de Política Estratégica também situa a China na liderança da P&D em 37 de 44 segmentos tecnológicos (Barbieri, 2023). Estes indicadores são importantes porque os países que monopolizam as tecnologias mais avançadas podem não só se apropriar da renda de patentes etc., como também controlar a difusão internacional das tecnologias monopolizadas e, por conseguinte, das atividades manufatureiras, de modo que tais países ditam aos demais o que e como produzir, conforme adiantou-se acima (Marini, 1996; Mercatante, 2021a). Hung (2022), entretanto, argumenta que muitas das novas patentes chinesas não são comercialmente viáveis.

A transformação da China em uma das maiores fontes mundiais de IED também já foi frisada acima. Tal transformação acarretou uma significativa diminuição da diferença de valor entre o IED emitido e recebido pela China (Mercatante, 2021d; UNCTAD, 2023).

Embora, há 50 anos atrás, o investimento estrangeiro fosse realizado quase exclusivamente por capitais dos países imperialistas, que se dirigiam ao resto do mundo para obter lucros – indo não só para os países dependentes, como também, em boa medida, de um país imperialista a outro –, durante as últimas décadas, isto se modificou. Como resultado da maior abertura econômica geral, da liberação dos fluxos de capitais e também da maior escala alcançada por algumas empresas de países dependentes, os movimentos de investimento global se complexificaram. Hoje, muitos países “emergentes” e “em desenvolvimento” também exportam capitais”, ou seja, seus residentes também fazem investimentos estrangeiros diretos. A maioria destes investimentos se destina a outros países “emergentes” e “em desenvolvimento, mas uma parte também se dirige a economias desenvolvidas.

Por isso, a hierarquia entre os países hoje não passa por exportar ou não capitais, e sim pelo grau desta exportação e pelo resultado líquido entre capitais “exportados” e capitais recebidos. Aquele país que recebe mais investimentos estrangeiros do que emite estará gerando em seu interior mais mais-valia para o capital estrangeiro do que a que seus capitais obtêm no exterior. As economias dependentes, como regra geral, recebem investimento estrangeiro mais do que emitem ao exterior, enquanto os países imperialistas tendem a ter uma situação equilibrada entre o volume de capitais exportados e o que recebem (Mercatante, 2021c, p. 60-61, tradução nossa²⁰²¹).

²⁰ “Si bien hasta hace 50 años la inversión extranjera era realizada casi exclusivamente por capitales de los países imperialistas, que se dirigían al resto del mundo a obtener ganancias – yendo no solo hacia los países dependientes, sino en buena medida de un país imperialista a otro –, durante las últimas décadas, esto se modificó. Como resultado de la mayor apertura económica general, de la liberación de los flujos de capitales y también de la mayor escala alcanzada por algunas firmas de países dependientes, los movimientos de inversión global se han complejizado. Hoy muchos países ‘emergentes’ y ‘en desarrollo’ también exportan capitales, es decir, que sus residentes realizan inversión extranjera directa. La mayor parte de ella tiene lugar en otros países ‘emergentes’ y ‘en desarrollo’, pero también se dirige hacia las economías desarrolladas.

“Por eso la jerarquía entre los países no pasa hoy por si exportan o no capitales, sino por el grado de esta exportación y el resultado neto entre capitales ‘exportados’ y capitales recibidos. Aquel país que tiene más inversiones extranjeras de las que emite estará generando en su interior más plusvalor para el capital extranjero de la que sus capitales obtienen en el exterior. Las economías dependientes reciben, por regla general, más inversión extranjera de la que emiten al exterior, mientras que los países imperialistas tienden a tener una situación equilibrada entre el volumen de capitales exportado y el que reciben”.

²¹ É óbvio que a quantidade de mais-valia apropriada por um país por meio de investimentos no exterior é determinada não só pela magnitude, mas também pela taxa de lucro, destes investimentos (Mercatante, 2021c).

O hodierno *hegemon* estadunidense é uma exceção à tal regra. Os EUA apresentam não só um crônico *déficit* das contas externas, como também uma posição líquida de IED bastante negativa, assemelhando-se mais, neste aspecto, aos países dependentes. Ainda assim, o dólar e a praça financeira de Nova Iorque dotam os EUA de um poder, por ora, inigualável (Mercatante, 2021a). A internacionalização da moeda chinesa, o renminbi, e a ampliação do poder financeiro chinês, de maneira mais geral, têm avançado por diversos meios, como: o estabelecimento de acordos de *swap* cambial entre os bancos centrais da China e de outros 30 países; a criação do *China International Payment System* (CIPS), um novo sistema de pagamentos alternativo ao *Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication* (SWIFT); a fundação de novos organismos multilaterais, como o *Asian Infrastructure Investment Bank* (AIIB) e o Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul); a inclusão do renminbi nos Direitos Especiais de Saque (*Special Drawing Rights*, SDR) do Fundo Monetário Internacional (FMI); a criação de um mercado *offshore* de renminbi em Hong Kong e a tentativa de transformar Xangai em uma praça financeira de importância global; entre outros. No entanto, este avanço é lento, pois a China intenta, de modo inédito, internacionalizar o renminbi, restringindo, ao mesmo tempo, a conversibilidade de tal moeda, a fim de manter o controle sobre a conta de capitais do país. Portanto, a hegemonia estadunidense não deverá ser desafiada pela China tão cedo, no âmbito das finanças globais.²² Aliás, a preeminência do dólar nas reservas internacionais da China e a demanda chinesa por títulos do Tesouro estadunidense sustentam esse poder financeiro dos EUA e tornam um colapso da moeda estadunidense desinteressante para própria a China, ao menos, por enquanto (Cintra; Pinto, 2017; Hung, 2022; Mercatante, 2021a).

Ademais, a superioridade militar dos EUA sobre qualquer outro país do mundo ainda é incontestável, a despeito de o poderio militar chinês ser cada vez maior, inclusive superando o de outras potências imperialistas. A marinha militar chinesa já é maior que a estadunidense, em número de embarcações, e uma importante fonte de tensões internacionais, ao longo dos últimos anos, tem sido a projeção internacional crescente desse poderio naval chinês, em particular, na região do Mar do Sul da China (Magramo, 2023; Mercatante, 2021a). Entretanto, a discrepância entre o poder militar da China e dos EUA é mensurada de maneira mais exata, e mais macabra, quando se compara o tamanho do arsenal militar dos dois países: os EUA têm 6800 ogivas nucleares, 34 vezes mais que a China. Uma vulnerabilidade estratégica adicional deste país é a existência do regime independentista de Taiwan, que lesa a unidade nacional e a integridade territorial da China. O arranjo de “um país, dois sistemas”, sob o qual se estabelecem as relações entre Hong Kong e o governo central chinês, acarreta a este riscos de segurança nacional de natureza análoga aos decorrentes de Taiwan. Por fim, a China ainda não parece poder exportar um

²² A exclusão da Rússia do SWIFT, o congelamento de ativos russos públicos e privados no exterior e as demais sanções impostas à Rússia desde que este país invadiu a Ucrânia demonstram quanto poder os EUA ainda exercem sobre as finanças globais. cf. Barry Eichengreen (2022) acerca dos esforços da China para desenvolver um sistema de pagamentos próprio que seja alternativa viável ao SWIFT e, assim, escapar do alcance desse poder estadunidense.

“*Chinese way of life*”, que seja universalmente atrativo e permita à China, assim, contestar a hegemonia cultural e ideológica dos EUA (Mercatante, 2021a).

Em suma, a caracterização da China como um “imperialismo em construção” é, para Mercatante (2021a), a que melhor apreende essa combinação extraordinária de fortalezas e fraquezas da China em relação aos demais países imperialistas. Tal caracterização implica que o país ainda não rivaliza em pé de igualdade com, nem pode pretender sobrepujar, os EUA, mas também não pode se contentar em ser só uma potência a mais entre outras tantas, pois a interrupção desse processo de construção do imperialismo chinês necessariamente ameaça os logros que as etapas anteriores do processo propiciaram ao país. Em contrapartida, os outros países imperialistas não podem permitir à China continuar ascendendo na hierarquia do poder mundial, pois essa ascensão ocasiona o declínio, pelo menos, relativo desses outros países em tal hierarquia. Portanto, a consolidação da posição internacional que a China já conquistou, e a conquista de posições superiores pelo país, terá de provocar choques cada vez maiores entre a China e as demais potências mundiais, em especial, os EUA, sempre segundo Mercatante (2021a).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A restauração do capitalismo na China foi essencial para a reestruturação global do capital por meio da qual o declínio da lucratividade do capital foi contido, possibilitando a superação da crise dos anos 1970. Tal reestruturação implicou o deslocamento de boa parte da atividade manufatureira global para a Ásia, sobretudo, por causa do baixo custo da mão de obra, ofertada majoritariamente por emigrantes rurais, nas localidades para as quais tais atividades foram deslocadas. A desvalorização do renminbi, em 1994, e a perda de competitividade de outras economias manufatureiro-exportadoras da Ásia permitiram à China tornar-se, na década de 1990, a principal beneficiária desse deslocamento. O esquema “Chinamérica”, que motorizou o crescimento econômico mundial até 2008, acelerou o crescimento da própria economia chinesa de modo extraordinário, transformando o país no maior produtor e exportador mundial de manufaturas e ensejando uma progressiva elevação do grau de sofisticação tecnológica da pauta exportadora chinesa.

A crise deflagrada pelo estouro da bolha imobiliária estadunidense, que ocasionou uma forte retração do comércio internacional, suscitou um açodamento da transição da China a um novo padrão de acumulação, cujo dinamismo provenha mais de inovações e do consumo doméstico das famílias do que das exportações e do investimento. A crise ocasionou também uma drástica expansão das exportações de capital chinesas, seja na forma de empréstimos ou de IED, visando a mitigar a crise de sobreacumulação do capital chinês. Assim, a China se tornou uma das maiores fontes mundiais de IED e o país que mais sedia empresas ranqueadas entre as 500 maiores do mundo pela *Fortune*, além de uma das maiores depositantes mundiais de patentes. Esse aumento da internacionalização do capital chinês, assim como das capacidades tecnológicas da China, contrasta com

a baixa produtividade da economia chinesa e com vulnerabilidades que o país conserva nos âmbitos financeiro, militar e até cultural e ideológico. Todavia, a posição internacional que a China ocupa hoje justifica a caracterização do país como um “imperialismo em construção”. A impossibilidade, por um lado, das demais potências imperialistas de se acomodarem a esta ascensão chinesa na hierarquia do poder mundial e, por outro, da própria China de deter tal ascensão preservando, entretanto, a posição já adquirida, subjaz às crescentes disputas entre este país e os EUA, que deverão se acirrar ainda mais no futuro, portanto.

REFERÊNCIAS

AHLUWALIA, Taru. From Boom to Bust: China's Housing Bubble and Economic Crisis. **Orca**, 2023. Disponível em: <https://orcasia.org/article/503/from-boom-to-bust>. Acesso em: 18 jan. 2024.

BARBIERI, André. Xi Jinping e o setor privado na China. **Ideias de Esquerda**, 2023. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Xi-Jinping-e-o-setor-privado-na-China>. Acesso em: 18 jan. 2024.

BRAGA, João Pedro; NOGUEIRA, Isabela. Mercado de trabalho e salário mínimo na China. **Geosul**, [s. l.], v. 35, n. 77, p. 49-72, dez. 2020.

CAI, Peter. Understanding China's Belt and Road Initiative. **Lowy Institute**, 2017. Disponível em: <https://www.lowyinstitute.org/publications/understanding-china-s-belt-road-initiative/>. Acesso em: 18. jan. 2024.

CARRAI, Maria Adele. It is Not the End of History: The Financing Institutions of the Belt and Road Initiative and the Bretton Woods System. **The Belt and Road Initiative**, [s. l.], 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/34551249/It_is_not_the_end_of_History_The_Financing_Institutions_of_the_Belt_and_Road_Initiative_and_the_Bretton_Woods_System. 2017. Acesso em: 18 jan. 2024.

CHINGO, Juan. Crisis y contradicciones del “capitalismo del siglo XXI”. **Estrategia Internacional**, [s. l.], n. 24, p. 11-75, dez 2007/jan. 2008.

CINTRA, Marcos Antonio Macedo; PINTO, Eduardo Costa. China em transformação. **Revista de Economia Política**, [s. l.], v. 37, n. 2, p. 381-400, abr./jun. 2017.

CONTI, Bruno Martarello de; MOZIAS, Petr. “Belt and Road Initiative”: Challenges and Opportunities for China and for the World/A “Iniciativa do Cinturão e Rota”: desafios e oportunidades para a China e para o mundo. **Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations/Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, [s. l.], v. 9, n. 17, jan./jul. 2020.

CORSI, Francisco Luiz; SANTOS, Agnaldo dos; CAMARGO, José Marangoni. Latin America: Commodities Cycle and the Crisis of Global Capitalism/A América Latina: ciclo de commodities e crise do capitalismo global. **Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations/Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, [s. l.], v. 8, n. 15, jan./jun. 2019.

COSTA, Simone Kawakami Gonçalves. **Uma análise da ascensão chinesa a partir da teoria do imperialismo**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

EICHENGREEN, Barry. Sanctions, SWIFT, and China's Cross-Border Interbank Payments System. **The Marshall Papers**, [s. l.], n. 1, maio 2022. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/sanctions-swift-and-chinas-cross-border-interbank-payments-system>. Acesso em: 18 jan. 2024.

FIORI, José Luís. Ucrânia, Rússia e China. **A Terra é redonda**, 18 fev. 2022. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/ucrania-russia-e-china/?utm_source=rss&utm_medium=rss&utm_campaign=ucrania-russia-e-china&utm_term=2022-02-18. Acesso em: 18 jan. 2024.

HIRATUKA, Celio. Changes in the Chinese Development Strategy After the Global Crisis and its Impacts in Latin America. **Revista de Economia Contemporânea**, [s. l.], v. 22, n. 1, jan./abr. 2018.

HUNG, Ho-fung. A ascensão da China, a Ásia e o Sul Global. **Revista de Economia Contemporânea**, [s. l.], v. 22, n. 1, jan./abr. 2018.

HUNG, Ho-fung. **Clash of Empires**: From “Chimerica” to the “New Cold War”. Cambridge/Nova Dehli/Nova Iorque/Melbourne/Singapura: Cambridge University Press, 2022.

MACIEL, Cleiton Ferreira; MOURA, Jeanne Mariel Brito de. “De Mao a pior?” A questão trabalhista na China contemporânea. **Novos Cadernos NAEA**, [s. l.], v. 17, n. 2, p. 141-166, 2014.

MAGRAMO, Kathleen. Tensions are flaring once more in the South China Sea. Here's why it matters for the world. **CNN**, 29 set. 2023. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2023/09/29/asia/south-china-sea-tensions-philippines-china-us-explainer-intl-hnk/index.html>. Acesso em: 18 jan. 2024.

MANNING, Robert A. Is Biden's chip ban a tipping point in US-China relations?. **The Hill**, 26 out 2022. Disponível em: <https://thehill.com/opinion/national-security/3704850-is-bidens-chip-ban-a-tipping-point-in-us-china-relations/>. Acesso em: 18 jan. 2024.

MARINI, Ruy Mauro. Proceso y tendencias de la globalización capitalista. *In*: MILLÁN, Mária (coord.). **La teoría social latinoamericana**, t. IV: Cuestiones contemporáneas. México: UNAM, FCPyS, CELA, 1996. p. 49-68.

MARX, Karl. **O capital**: livro III: O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MERCATANTE, Esteban. **El imperialismo en tiempos de desorden mundial**. Buenos Aires: IPS, 2021.

MIYAKAWA, Seiji Seron. The Rise of China and the Belt and Road Initiative. 2023. Disponível em: https://www.academia.edu/105684247/The_rise_of_China_and_the_Belt_and_Road_Initiative?sm=b. 2023. Acesso em: 18 jan. 2024.

NOGUEIRA, Isabela. Estado e capital em uma China com classes. **Revista de Economia Contemporânea**, [s. l.], v. 22, n. 1, jan./abr. 2018. Acesso em: 18 jan. 2024.

GUIMARÃES, João Victor; BRAGA, João Pedro. Inequalities and Capital Accumulation in China. **Revista de Economia Política**, [s. l.], v. 39, n. 3, p. 449-469, jul./set. 2019.

PAUTASSO, Diego; NOGARA, Thiago Soares; UNGARETTI, Carlos Renato; RABELO, Ana Maria Prestes. As três dimensões da guerra comercial entre China e EUA. **Carta Internacional**, [s. l.], v. 16, n. 2, 2021. Acesso em: 18 jan. 2024.

SAICH, Tony. The Fourteenth Party Congress: A Programme for Authoritarian Rule. **The China Quarterly**, [s. l.], n. 132, p. 1.136-1.160, 1992.

SALVADOR CHAMORRO, Ana I. El proceso de reforma económica de China y su adhesión a la OMC. **Pecunia**, [s. l.], n. 7, p. 257-284, jul./dez. 2008.

TRÓTSKI, Leon. **A revolução traída**: O que é e para onde vai a URSS? São Paulo: Iskra, 2023.

UNCTAD. United Nations Conference on Trade and Development. **Foreign direct investment**: Inward and outward flows and stock, annual. 2023. Disponível em: <https://unctadstat.unctad.org/datacentre/dataviewer/US.FdiFlowsStock>. Acesso em: 18 jan. 2024.

ZHAO, Minghao. The Belt and Road Initiative and US-China Strategic Competition. **China International Strategy Review**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 248-260, 2021.